



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADES E ADOLESCÊNCIAS NA SOCIABILIDADE DO CAPITAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES¹

Silvana Marinho²

Resumo

Este artigo refletirá sobre as relações de gênero, sexualidades e adolescências como categorias em articulação para a análise da vida social. Iremos examiná-las na totalidade das relações sociais, ou seja, inscritas na sociabilidade do capital. A principal preocupação é articular a sexualidade e a geração, na expressão das adolescências, às categorias gênero e classe, pois esse recorte compõe o quadro de hierarquias de poder na teia social consubstanciando processos de violação de direitos. Ademais, espelha os múltiplos processos de diferenciação, identidade e resistências, ampliando o mosaico dos marcadores sociais e culturais.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidades. Adolescências. Classe. Interseccionalidades.

GENDER RELATIONS, SEXUALITIES AND ADOLESCENCES IN THE CAPITAL OF SOCIABILITY: SOME CONSIDERATIONS

Abstract

This article will reflect on gender relations, sexuality and adolescences as categories in conjunction to the analysis of social life. We will examine them in the totality of social relations, that is, inscribed in the capital of sociability. The main concern is to articulate sexuality and generation, in the expression of adolescences, the gender and class categories, as this crop makes up the frame of power hierarchies in the social web consolidating rights violations processes. Moreover, reflects the multiple differentiation processes, identity and resistance, expanding mosaic of social and cultural markers.

Keywords: Gender. Sexualities. Adolescences. Class. Intersectionalities.

INTRODUÇÃO

No seio de uma sociedade adultocêntrica³ falar sobre o exercício das sexualidades e das expressões de gênero na adolescência é sempre espinhoso e criticado com viés preconceituoso. No que se refere às discriminações de gênero, classe e

¹ O estudo se relaciona com minha pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, que tem como tema a diversidade sexual e de gênero no campo da cidadania de adolescentes e jovens.

² Mestranda em Serviço Social pelo PPGSS/UERJ. Bolsista CAPES. Especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/CLAM/UERJ). E-mail: <marinho.silvana@gmail.com>.

³ A ideologia adultocêntrica é uma das ideologias dominantes, uma forma de dominação material e espiritual sobre crianças, adolescentes e jovens, expressando a hegemonia dos desejos e pensamentos de adultos na compreensão e na formação da adolescência, portanto, uma relação assimétrica de poder. Ela é naturalizada na sociedade capitalista e perpassa várias instituições sociais. Destacam-se autores que convergem com este entendimento: Dina Krauskopf; Ana Bock; Miriam Abramovay.

sexualidade, há que se considerar que incidem de forma distinta sobre adolescentes, o que merece atenção tanto no âmbito das lutas sociais e das políticas públicas como no debate acadêmico. Quando encontramos estudos com a articulação desses marcadores, percebemos que estão geralmente ligados à gravidez, às DST/HIV/AIDS e às violências sexuais, tendo pouca relação com a esfera das experiências identitárias e do direito à livre expressão sexual e de gênero.

Tratar esses temas exige considerar as determinações concretas da realidade, ou seja, de que o solo histórico e material das relações de gênero e sexualidades e das vivências das adolescências⁴ é a sociedade capitalista.

Nosso caminho analítico consiste, portanto, no método materialista histórico e dialético, por ser pautado na perspectiva da historicidade, das contradições e da totalidade. Entendemos que somente há como tratar das relações de gênero, sexualidades e adolescências como categorias de análise da vida social pensando a *totalidade* das relações sociais engendradas pelo modo de produção capitalista.

A história da humanidade é a história de como homens e mulheres produzem e reproduzem sua vida material, social e espiritual. Tomando como referência a sociedade burguesa, Marx (2011, p. 57/1285) vai conceber que “a produção é uma totalidade” e que a própria sociedade burguesa é uma totalidade concreta, posto que, “[...] Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si” (MARX, 2011, p.76/1285).

Olhar a realidade pelo materialismo histórico dialético é reconhecer os limites das múltiplas vivências das identidades sociais na sociabilidade do capital, mas não desconsiderá-las; é reconhecer os limites da cidadania e dos direitos numa democracia burguesa, porém sem esquecer que somos sujeitos sócio-históricos.

Ainda a respeito da nossa trilha analítica entendemos que as abordagens das *interseccionalidades e/ou categorias de articulação* irão contribuir para o olhar das desigualdades mas também das *resistências* e das *diferenças como diversidade*, quando

⁴ Consideramos o uso dos termos sexualidades e adolescências no plural, justamente porque, assim como o conceito de gênero, se refere a um conceito plural. Na contemporaneidade, diferentemente da modernidade, os indivíduos não têm mais uma identidade fixa e não são mais vistos como sujeito unificado, conforme Hall (2004) sinaliza, uma vez que a diferença expressa as possibilidades plurais da(s) identidade(s). Neste artigo vamos considerar que a expressão das identidades plurais tem limites próprios da sociedade capitalista, já que na lógica capitalista diferenças são transformadas em desigualdades. Entretanto, entendemos que podem se configurar como possibilidades históricas.

do imbricamento simultâneo dos marcadores gênero, sexualidade, geração e classe. Essas abordagens podem nos responder à necessidade de pensar a diversidade sexual e de gênero de adolescentes para além da cultura, ao considerarmos o conteúdo de classe. Por outro lado, também nos permite olhar para o interior dos processos de diferenciação e identidade não apenas como desigualdades, mas também como vivências potenciais de subverter a ordem instituída e romper com processos de alienação por meio de práticas de resistência.

A intersecção de marcadores geracionais, de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade, indicando a multiplicidade de diferenciações em articulação, tem *status* teórico, denominando-se *interseccionalidades* ou *categorias de articulação*. Piscitelli (2008), ao fazer uma breve aproximação a esses conceitos, sinaliza que há duas linhas de abordagem no pensamento feminista: a linha sistêmica e a construcionista. A centralidade da contestação entre elas é a apropriação de *diferença, poder e margens de agência (agency)* em cada uma.

A linha sistêmica deu o pontapé inicial ao debate da interseccionalidade, um termo proposto no interior do feminismo negro, por Kimberlé Crenshaw, no sentido de refletir acerca da complexidade da interação entre raça, gênero e classe, reforçando a desigualdade estrutural que mulheres negras vivenciam. A partir disso, outras intelectuais passaram a fazer a leitura sistêmica, a qual entende que os marcadores sociais e culturais funcionam como eixos de opressão ou formas de subordinação.

Já as leituras construcionistas, por Anne MacKlinntock e Avtar Brah, como assinala Piscitelli (2008), tratam dos aspectos dinâmicos e relacionais da identidade social, considerando a *diferença como experiência*, como relação social, como subjetividade e como *identidade*, e, nesse sentido, a identidade se altera como resultado de práticas de articulação entre os marcadores, não apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes.

Conforme Piscitelli (2008), para as intelectuais da linha construcionista, a abordagem sistêmica enfatiza o impacto do sistema de dominação ou da estrutura desigual sobre a formação da identidade dos sujeitos. Diante desse entendimento, as críticas à abordagem sistêmica acenam para a sua fragilidade ao fundir a ideia de diferença como desigualdade, bem como para a visão unilateral de poder e para a pouca possibilidade de *agenciamento do sujeito*, ou seja, sua capacidade de agir, mediada cultural e socialmente.

Nas leituras construcionistas a diferença nem sempre se constitui como um marcador de hierarquias ou opressão, podendo ser vista como diversidade e formas de agência política. Nessa abordagem há “[...] distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade” (PISCITELLI, 2008, p. 268). Além disso, recuperam a importância de apreender o *poder* como relação, e, portanto, como potencial para formas de *resistência*.

Vale refletir conjuntamente com Hirata (2014) a respeito de sua denominação de “interseccionalidade de geometria variável”, ao apresentar novas controvérsias nesse campo de estudos, agora entre as leituras da interseccionalidade e consubstancialidade, esta última protagonizada por Danièle Kergoat, cujo entendimento é de que existem três relações sociais fundamentais universais que se imbricam: o gênero, a classe e a raça. Hirata (2014, p. 66), ao se apoiar em Sirma Bilge, vai entender que “[...] a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc”.

A formulação de interseccionalidade, atualmente, define-se como:

[...] uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70, *apud* HIRATA, 2014, p. 62-63).

Diante do exposto, essas abordagens serão uma importante chave para mediar o nosso desafio de apreender os processos identitários inscritos numa realidade macrossocial de dominação e exploração própria da ideologia dominante classista, mas também no campo da cultura, que opera, contraditoriamente, ideologias opressoras (sexistas/ homofóbicas /adultocêntricas) e *resistências*.

A proposta é fazer um exercício de considerar que as condições objetivas e subjetivas de vida e de existência dos sujeitos são determinadas pela sociabilidade do capital, mas também reconhecer o agenciamento do sujeito, suas possibilidades históricas, suas práticas de resistência e contra-hegemonias⁵, seja no âmbito

⁵As disputas contra-hegemônicas são aqui vistas numa leitura gramsciana, na qual é fundamental a busca, pelas classes subalternas, no seio da sociedade civil, da direção político-ideológica e do consenso visando à correlação de forças e a luta pela hegemonia. É essencial romper ideologias na vida cotidiana, pois é a

macropolítico ou no microssocial, que não pode ser subestimado, pois também é esfera importante para operar rupturas ideológicas ao quebrar paradigmas e subverter a ordem dominante instituída.

Dialetizar essas dimensões nos parece ser um bom caminho para ampliarmos o prisma das relações de gênero, sexualidades, adolescências e classe, ultrapassando a visão simplista de uma coisa ou outra, própria do dualismo maniqueísta. Com o entendimento de que a realidade é dinâmica e não unívoca, não veremos na realidade apenas alienação, coisificação e conformismos.

REFLETINDO SOBRE A TOTALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Temos o entendimento de que os âmbitos da economia e da política, juntamente com o da cultura, irão contribuir para determinar modos de vida, e, portanto, modos de constituição das relações de gênero, sexualidades e adolescências.

O método materialista histórico dialético nos permite enxergar a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa a partir de uma base material e concreta: as relações sociais de produção e reprodução da vida social, ou seja, relações de classe produzidas pelo modo capitalista que tem como elemento central *o trabalho*.

A *categoria trabalho* é fundante do ser social, das relações sociais. Estamos nos referindo à ontologia marxista do ser social, a qual entende o trabalho como uma categoria social. O materialismo em Marx está necessariamente associado à história, portanto, à ação humana. É nesse sentido que Marx e Engels vão definir a condição ontológica do trabalho como categoria fundante do ser social.

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. [...] O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, [...] uma condição fundamental de toda a história[...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Com a complexificação das relações em sociedade ao longo da história, o desenvolvimento das forças produtivas chegou ao contexto de uma sociedade

ideologia que mantém a coesão do que Gramsci chama de bloco histórico, ou seja, uma formação social concreta constituída por uma estrutura (econômica) e superestruturas em relação dialética. Ao rompermos processualmente a ideologia dominante estaremos criando fissuras na hegemonia do projeto societário da classe dominante e de um determinado grupo social sobre outro.

capitalista, com uma economia mundial. E é na sociabilidade burguesa que o trabalho fica subsumido ao capital. É, portanto, na sociabilidade burguesa que se configura o antagonismo entre classes sociais pela contradição capital-trabalho imanente à ordem capitalista, isto é, a existência de uma classe que domina o capital e os meios de produção – a classe burguesa –, e a classe que, destituída dos meios de produção, tem de vender sua força de trabalho – a classe trabalhadora.

Com efeito, a subsunção do trabalho ao capital transforma o trabalho, como categoria ontológica para a satisfação das necessidades básicas humanas, em trabalho para o capital, assumindo outras determinações sociais e históricas, como o trabalho produtivo, que gera mais-valia e valoriza o capital; o trabalho assalariado; o trabalho estranhado e a alienação, intrínseca à relação capital-trabalho.

O produto do trabalho constitui valor de uso em qualquer forma social, mas numa sociedade capitalista, o produto do trabalho é mercadoria. A mercadoria é o ponto de partida para entender a sociedade capitalista. Não à toa, Marx (2005), na obra *O Capital*, dedica o primeiro capítulo para tratar da mercadoria, pois esse primeiro elemento mais “abstrato” já contém todas as determinações mais concretas da realidade.

A análise de Marx se debruça sobre o fetiche da mercadoria, que encobre as desigualdades sociais das relações sociais capitalistas, relações, na verdade, que se dão entre coisas, assentadas nas relações de troca, portanto, desumanizadas e alienadas. Trata-se de uma sociedade fetichizada, na qual tudo é mercadoria. Sendo assim, o processo de alienação não está somente no âmbito da produção social, mas também na reprodução social como um todo. Afinal, produção e reprodução social conformam uma unidade da totalidade social.

Isso posto, há que se observar que as relações de gênero, sexualidades e adolescências estão inscritas nessas relações sociais desumanizadas, alienadas, mercadorizadas, coisificadas. É no seio da sociabilidade burguesa, na qual a engrenagem das relações é pela exploração, dominação e hierarquização, que é possível pôr-se em contato com as categorias gênero, sexualidades e adolescências como categorias de análise da vida social. O capital, como bem analisado por Marx, é uma forma de produção de relações sociais fundamentalmente desiguais.

GÊNERO E SEXUALIDADE(S) COMO RELAÇÕES SOCIAIS

Os conceitos em torno do gênero⁶ e da sexualidade⁷ se encontram em terrenos de disputas. Não iremos tratar das controvérsias dos debates dada a limitação da intenção deste artigo, mas vamos passear pelos conceitos que as nossas reflexões se repousam.

Os papéis impostos às mulheres e aos homens foram consolidados historicamente e reforçados pela ideologia liberal-capitalista, cuja percepção referente à mulher se voltava para o aspecto da biologia, naturalizando questões de caráter social (desigual) entre os sexos em virtude de teorias biologizantes. Sob esse olhar desconsidera-se que as relações de gênero são fruto do processo de socialização.

Guacira Louro (1996) infere que optar pelo conceito de gênero significa uma decisão de ordem epistemológica, implica, portanto, opção teórica. Essa autora entende que as relações de gênero são originadas pelos papéis socialmente e desigualmente construídos em polos opostos pelo sexo masculino e feminino, caracterizando o gênero como uma construção social. Há, assim, uma estrutura social que demarca as identidades de gênero, isto é, a construção social do masculino e do feminino.

A categoria gênero inaugura uma discussão para o feminismo de acordo com Piscitelli (2004), pois traz a conhecer que o que emana poder não é o sexo, mas o papel social que o sexo ocupa. Nos anos 1990 ocorre uma revisão do conceito de gênero, na qual se entende que gênero é apenas uma das categorias de análise da realidade, uma vez que a realidade é complexa, constituindo-se de várias relações sociais de poder, como classe, raça/etnia, orientação sexual, religião, idade, e, portanto, direcionar o olhar apenas às relações de gênero é insuficiente para entender a totalidade social.

O conceito passa, então, a expressar uma ideia relacional: os sujeitos se constituem e se produzem em relação. Ademais, com o entendimento de gênero como uma construção social apreende-se que se trata de uma construção histórica, e, desse modo, há uma pluralidade do conceito, já que diversas são as formas de se constituir

⁶ A partir dos anos de 1970 emerge o conceito de gênero provocando uma ruptura com os anos 1960 sobre o tema, pois o que existiam eram os estudos sobre a mulher com a discussão sobre o lugar de opressão que as mulheres ocupavam. O conceito de gênero abre o debate para as relações sociais e as desigualdades entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2004).

⁷ Os estudos sobre sexualidade emergiram com a Medicina, sobretudo pela Sexologia, que estabelecia comportamentos adequados para homens e mulheres e classificava tipos de comportamentos como “erros da natureza” e “perversões sexuais”: a homossexualidade era vista como doença/anomalia. As primeiras abordagens nas Ciências Sociais foram influenciadas por esses discursos. Na concepção moderna de sexualidade aparece a noção da sexualidade como uma das dimensões sociais que constituem a vida das pessoas, interferindo sobremaneira na forma de pensar do campo intelectual e das lutas sociais.

masculino e feminino, social e historicamente, de acordo com a cultura, a sociedade, a classe, a raça, a idade, a religião etc. Para Louro (1996) este é um ponto importante para contrapor os argumentos essencialistas sobre gênero, desconstruir polaridades e reconhecer pluralidades no terreno dos pertencimentos de gênero.

Concordantemente com Louro (1996), a construção do gênero envolve o corpo, ou seja, o gênero se inscreve nos corpos, os sujeitos corporificam determinados comportamentos, gestos. Se o conceito de gênero o apresenta não como uma categoria fixa, mas como categoria construída social e historicamente, o sexo e o corpo também não são fixos e precisam ser historiados, compreendidos como construção social. Nesse sentido, é possível traduzirmos que os sujeitos/corpos podem reafirmar marcas de sua submissão, mas também podem expressar formas de subversão aos padrões de gênero.

Com esse breve passeio pelo conceito de gênero, vemos que se trata de uma forma de classificação social – construída, produzida e reproduzida socialmente – que, articulada a outras variáveis classificatórias, desenha relações sociais de poder. É, pois, uma categoria de análise da vida social. Vemos ainda, que, como um conceito plural, também se trata de vivências e experiências múltiplas de sujeito.

A concepção de gênero tem implicações na sexualidade e nos seus processos identitários. Com os estudos sobre gênero e sobre sexualidade podemos entender que o termo *identidade de gênero* permite abranger um leque identitário para além do binômio homem e mulher, contemplando identidades travestis e transexuais⁸, bem como formas de masculinidade e de feminilidade com as identidades de gays, bissexuais e lésbicas. Diante disso, chamamos a atenção de que quando falamos de gênero estamos nos referindo às performances que indivíduos interpretam no cotidiano sobre o masculino e feminino, e não a partir da referência biológica/anatômica dos sujeitos.

Heilborn (2010) infere que os padrões de gênero nos impelem a pensar sob uma determinada moralidade de gênero, a qual incide na sexualidade. Para essa autora, a sexualidade se trata de um domínio social que implica em aprendizagens sucessivas de

⁸ As vivências da travestilidade e da transexualidade se expressam como uma experiência identitária no terreno do gênero. O pertencimento de gênero dessas pessoas não condiz com as expectativas sociais impostas à sua genitália de nascimento. Em conformidade com Bento (2006) a transexualidade quebra os paradigmas que traduzem a construção social de gênero necessariamente associada à anatomia da genitália do indivíduo. Neste sentido, a transexualidade pode ser entendida como uma experiência de conflito com os padrões e as normas de gênero, já que forjam o entendimento de que a anatomia da genitália é o único disparador para se definir o que é ser homem e o que é ser mulher.

códigos sociais relativos ao que se deve fazer no contexto da vida sexual. Portanto, é uma esfera de modelação sociocultural, tal qual como o gênero.

Heilborn e Brandão (1999, p.5) afirmam que o gênero é “[...] categoria fundante no modo como a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos [...]”, não pelas diferenças inscritas nos corpos, mas, sobretudo, “[...] em função da maneira como as expectativas e as aspirações em relação à experimentação sexual são marcadas pelo gênero na tradição ocidental”.

Dentro dos processos de modelação sociocultural, encontramos o que pode ser chamado de heteronormatividade, ou seja, a normatização da sexualidade consubstanciada por relações de poder, onde a heterossexualidade é valorada como a única orientação sexual legítima em detrimento de outras orientações sexuais. Destarte, a sexualidade também é um marcador social que, em virtude das relações de poder, sustenta discriminações e desigualdades.

IDENTIDADE SEXUAL E DE GÊNERO COMO QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA

Falar de identidade é falar do núcleo básico a partir do qual cada pessoa se reconhece e se relaciona com os outros. Os processos identitários se referem às questões ligadas ao próprio autorreferenciamento dos indivíduos e àquelas de base política, ou seja, as lutas dos movimentos sociais. As identidades sexuais e de gênero são identidades coletivas e formam o chamado público LGBT, que atualmente se expressa no Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

O público LGBT se remete às pessoas que ao mesmo tempo em que subvertem o que é imposto como “normal” são também forçadas a abandonar seus desejos e seus projetos de vidas para aceitação social (na família, escola, trabalho etc), o que infelizmente não é uma visão positiva de cidadania. Devido às desigualdades de poder, possuem dificuldades para ter suas relações reconhecidas e expressar sua sexualidade publicamente. Trata-se de um grupo social que passa por sofrimentos no âmbito pessoal, moral e psicológico, que rebatem em sua autoestima, identidade e subjetividade. Além disso, no campo político e social sofrem diversas violações de direitos (dificuldades de acesso à saúde, educação, trabalho etc).

Importante concordar com Cornwall e Jolly (2008, p.30; p.39) quando afirmam que “[...] a sexualidade está relacionada a políticas, programas e relações de poder, mas

também trata de prazer e perigo, sensações, emoções, pele, carne e fluidos corporais (esperamos que também inclua orgasmos!)”, justamente porque há que se pensar na sexualidade como um todo complexo, ou seja, como um elemento essencial e intrínseco às condições de vida, subjetiva e objetiva, de todos/as. Nesse sentido, as autoras inferem que “[...] Os direitos sexuais não são menos importantes do que os direitos à educação, à saúde ou ao trabalho [...] os direitos sexuais são todos esses direitos”.

Identidade sexual e de gênero compõem plataforma de lutas políticas. Isso implica dizer que devemos tratar a sexualidade como questão social e política e não como uma dimensão exclusivamente privada, pois assim se reconhece que há discriminações e negações de direitos à população LGBT e que são necessárias políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais, sem perder de vista os limites da cidadania na sociabilidade do capital⁹.

E QUANDO O ASSUNTO É DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA(S) ADOLESCÊNCIA(S)?

Importa mencionarmos que ao nos debruçarmos sobre adolescência(s), estamos na verdade nos debruçando sobre um conceito plural, com determinantes históricos, sociais e culturais, e por isso, ao longo de todo o texto nos referimos às adolescências para além de uma definição em termos de marco etário.¹⁰ Afinal, assim como gênero e sexualidade, a adolescência é uma construção social.

O que se deve ter relevo neste artigo é que, concordantemente com Leite (2013), quando se fala em adolescência não se pode pensar em um fenômeno homogêneo. Isso nos permite considerar diferentes adolescências, permeadas por diferentes marcadores sociais, como classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, religião, região, territorialidade etc.

Leite (2013) nos faz entender que a compreensão comum espalhada sobre adolescência é aquela que a vê como uma etapa de preparação para a vida adulta, como

⁹ Coutinho (1997, p. 145), ao articular os temas democracia e cidadania, defende a tese de que a ampliação da cidadania – esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que caracteriza a modernidade – termina por se chocar com a lógica do capital, evidenciando a contradição entre cidadania e classe social.

¹⁰ O ECA, Lei Federal 8069/1990, define a adolescência com relação ao aspecto etário e social, estabelecendo adolescentes a partir dos 12 anos até os 18 anos incompletos, compreendidos, conforme o art. 4º, como pessoas em desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, devendo ter seus direitos garantidos em condições de liberdade e de dignidade.

uma fase de maturação tanto das capacidades biológicas como também das socioculturais. Se consultarmos os documentos brasileiros norteadores de políticas públicas para esse segmento social, veremos que convergem com esse entendimento acrescido da ideia de que se trata também de uma fase de relativa independência econômica, o que nos convoca a refletir sobre as suas condições concretas de um lugar social mais subalternizado no conjunto das relações sociais de poder.

Sustentamos aqui que, adolescências, enquanto relações sociais da totalidade social, também expressam uma plataforma de direitos, de reconhecimento e de proteção social. A defesa dos direitos sexuais de adolescentes respalda-se pela Doutrina da Proteção Integral às crianças e aos adolescentes, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8069/90, a qual dá base à promoção de políticas a tal segmento social, reconhecidos como sujeitos de direitos. Há ainda um arcabouço teórico e legal nos planos nacional e internacional em relação aos direitos sexuais de adolescentes.

Os direitos sexuais emergem no cenário dos direitos humanos junto ao conceito de direitos reprodutivos. Entende-se por direitos sexuais os direitos relativos à capacidade dos indivíduos de escolhas na esfera da sexualidade, com liberdade e autonomia. Ventura (2004, p. 20) relaciona alguns desses direitos como o “[...] direito a ter controle sobre seu próprio corpo e direito de exercer sua sexualidade sem sofrer discriminações ou violência”.

O conjunto desses direitos foi formulado internacionalmente e datam da década de 1990. No cenário dos direitos humanos, possuem dois grandes marcos no plano internacional: a Conferencia Internacional sobre População e Desenvolvimento - CIPD (Cairo,1994) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (CMM) (Pequim, 1995). No documento final do Programa de Ação da CIPD (1994), aparece a noção sobre a sexualidade como direito e como algo inerente à vida e à saúde dos indivíduos, sobretudo, o reconhecimento da sexualidade de adolescentes:

Deve-se prestar muita atenção à promoção de relações de respeito mútuo entre os gêneros e, em particular, a satisfação das necessidades em matéria de educação dos adolescentes e de serviços para que possam lidar de maneira positiva e responsável com a sua sexualidade. (FNUAP,1995 , p.17).

A partir desses marcos, a população mundial ganha possibilidades para a garantia do direito ao exercício da sexualidade como direito humano e universal. O

Brasil é signatário desses instrumentos internacionais, entretanto, a materialização desses direitos para mulheres e para a população LGBT ainda não está no plano que se espera, e para o segmento jovem e adolescente, considerando as relações de poder geracionais, a incorporação desses direitos é ainda mais distante e enfrenta reações mais conservadoras, sobretudo das instituições que deveriam protegê-los.

Adolescentes são comumente vistos pela sociedade como um segmento social que ainda não está preparado para o exercício das sexualidades. A sexualidade na adolescência é geralmente associada a um suposto risco às DST/HIV/AIDS e à gravidez, que é classificada como um problema social. Seus corpos são cerceados do direito de expressar suas próprias interpretações de gênero diferentes do padrão normativo para sua genitália e suas sexualidades são silenciadas e aniquiladas quando não atendem às expectativas heteronormativas. Há uma representação social, consubstanciada pelas ideologias dominantes classista, sexista, homofóbica e adultocêntrica sobre eles como se não fossem sujeitos de direitos e de desejos.

Por isso, a importância de se destacar a interseccionalidade de gênero, classe, sexualidade e geração, refletindo acerca das múltiplas violações e discriminações simultâneas. Ao articulamos gênero e classe, certamente veremos expressões de opressões históricas; a articulação de gênero, classe e sexualidade nos dará um quadro ainda mais amplo de opressões e desigualdades; quando a intersecção é entre gênero, classe, sexualidade e adolescência, o cenário assume uma dimensão ainda maior de desigualdades e assimetrias de poder.

Podemos encontrar no documento Marco Legal da Saúde do Adolescente do Ministério da Saúde (2005, p.8) a afirmação de que “Em nossa sociedade circulam idéias sobre adolescência e juventude que se associam à noção de crise, desordem, irresponsabilidade; um problema social a ser resolvido[...]”. Se articularmos essa compreensão social com a de sexualidade, um terreno carregado de discursos morais, chegaremos à conclusão de que realmente os direitos sexuais de adolescentes e jovens ainda são muito negligenciados.

Cabe nos preocuparmos com o que se constata no 2º Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, datado em 2012, (p.7):

[...] o número de homicídios no Brasil aumentou 11,51% de 2011 para 2012, o número de lesões corporais aumentou de 55,7% para 59,3% em 2012. Ao cruzar os dados referentes ao tipo de violação “**negligência**” com a faixa

etária das vítimas obtivemos a informação que **67,8% das vítimas desse tipo de violação são adolescentes entre 12 e 18 anos** e 19,5% das vítimas são idosos entre 60 e 85 anos. Confirmando os dados de 2011, em 2012 **o relatório continua a apontar que jovens e adolescentes continuam sendo as maiores vítimas de violência homofóbica no Brasil, ou seja, 61,43% das vítimas estão na faixa etária entre 13 e 29 anos.** (grifos nosso).

A partir desses dados alarmantes e da experiência acumulada da autora deste artigo por meio da atuação profissional e acadêmica com a temática em tela, é possível denunciar que os direitos sexuais desse segmento social são comumente desrespeitados e negligenciados, inclusive por práticas institucionais e profissionais fundamentadas no plano da moralidade. Adolescentes sofrem muitas discriminações em razão da orientação homossexual ou bissexual e/ou da expressão de gênero travesti e transexual, além de vários tipos de violências (física, verbal, sexual, psicológica) cotidianamente, tanto no seio familiar, como no ambiente comunitário e escolar, e ainda violências institucionais perpetradas pelo próprio poder público. São diminuídos/as, rejeitados/as e cerceados/as no terreno das suas identidades e subjetividades.

ALGUMAS CONCLUSÕES

O desenvolvimento do texto foi perseguido pela intenção de mostrar que as adolescências, enquanto relações sociais, juntamente com as relações de gênero e sexualidades, precisam ser estudadas e somente podem ser analisadas a partir da sua inserção no conjunto da totalidade burguesa, pois que é a totalidade social que lhe dá sentido e a constitui.

Assim também, com a linha argumentativa arrolada em todo o curso deste artigo, trazemos a reflexão nestas últimas conclusões de que as diversas discriminações e violações são sentidas à medida que as adolescências, exatamente em sua pluralidade, expressam contraculturas a uma grande muralha de hegemonias dominantes, desde o adultocentrismo, passando pela opressão de classe, o sexismo, a heteronormatividade indo até à ideologia homolesbotransfóbica.

Isso porque, adolescentes e jovens também são *sujeitos sócio-históricos*, também lançam mão da produção de valores e significados, mediada pela cultura, deixando de ser apenas meros espelhos de uma base macrossocial determinada, e, na medida em que tanto produzem novos signos, linguagens e interpretações no terreno dos gêneros e das sexualidades, vão operando mudanças nos códigos e símbolos das ideias dominantes e

na gramática corporal e identitária do ser adolescente. Essas são também suas formas de *resistências*. Afinal, essas adolescências já estão no nosso presente deslocando “as coisas de lugar”. A tarefa agora é acolher essa bela e colorida “bagunça”!

REFERÊNCIAS

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília (DF), 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco Legal. Saúde, um direito de adolescentes**. Brasília (DF), 2005. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **2º Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos>>. Brasília (DF), 2012.

CORNWALL, A. & JOLLY, S. “Introdução: a sexualidade é importante”. In: CORNWALL, A. & JOLLY, S. (orgs.). **Questões de sexualidade**: ensaios transculturais. Rio de Janeiro, ABIA, 2008. p.29-48.

COUTINHO, C. N. Notas sobre Cidadania e Modernidade. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, set./1997.

FNUAP. **Resumo do Programa de Ação**: CIPD’94. Brasília (DF): Fundo de População das Nações Unidas, 1995.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. [Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho]. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. [Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro]. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HEILBORN, M. L. “De que gênero estamos falando?” **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, Niterói, ano 1, n. 2, 1994.

_____; BRANDÃO, E. Introdução: ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, M. L. (org.). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. Sexualidade e Orientação Sexual. [Videoaula em DVD]. **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade (EGeS) – CLAM/IMS/UERJ**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília (DF): Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HIRATA, H. “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. **Tempo Social** - Revista de Sociologia USP, São Paulo, v. 26, n. 1, jun. 2014.

LEITE, V. **Sexualidade Adolescente como direito?** A visão de formuladores de políticas públicas. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. *In*: LOPES, M.J.M, MEYER, D. E. e WALDOW, V. R. (Orgs). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MARX, K. A mercadoria. **O Capital**. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; ENGELS, F. Feuerbach e história. Rascunhos e anotações. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-51.

_____. Introdução. *In*: **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. *In*: COSTA, C. L; SCHMIDT, S. P. (orgs.). **Poéticas e Políticas Feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n. 2, p. 263-274, jul/dez. 2008.

VENTURA, M. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília (DF): FNUAP, 2004.